



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Gerência de Vigilância de Doenças Imunopreveníveis e Imunização



NOTA TÉCNICA Nº 004 DIVE/SES/2013

Vigilância da Síndrome da Rubéola Congênita

A rubéola é uma doença de alto risco para gestante, podendo levar a Síndrome da Rubéola Congênita (SRC), em 10 a 60% dos casos. Esta síndrome caracteriza-se por provocar sequelas extremamente graves no recém-nascido como surdez, retardo mental severo, malformações cardíacas, dentre outras, além de provocar aborto.

Para a vigilância, a rubéola conta ainda com o agravante de se apresentar sob forma subclínica, sem sintomatologia aparente, fator que dificulta a identificação de casos índices, facilitando a disseminação do vírus na comunidade.

No Brasil, os últimos casos confirmados de rubéola ocorreram em dezembro de 2008 nos estados de São Paulo e Pernambuco. O último caso confirmado de Síndrome da Rubéola Congênita no país data de agosto de 2009, em São Paulo. Em 2010 a Organização Pan-Americana da saúde (OPAS) certificou o Brasil como país sem circulação do vírus da rubéola por mais de 12 meses. No entanto, a exemplo do sarampo, o vírus da rubéola continua a circular em países da Europa e África. Os Estados Unidos relataram vários casos importados de rubéola proveniente de outros países. Estas regiões são o destino de milhares de brasileiros em viagens de turismo e trabalho, o que pode ocasionar a reintrodução do vírus da rubéola no Brasil e, consequentemente, a possibilidade de ocorrência de casos de Síndrome da Rubéola Congênita.

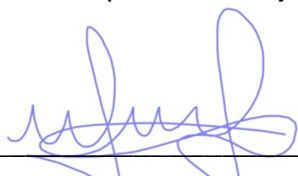
Neste sentido, a Diretoria de Vigilância Epidemiológica – DIVE/SES recomenda que:

1. Todos os casos suspeitos de SRC sejam notificados imediatamente as equipes de vigilância epidemiológica dos municípios, para que possam ser tomadas as medidas de controle necessárias e em tempo oportuno.

Conforme o Guia de Vigilância Epidemiológica SVS/MS 7ª Edição, 2009, caso suspeito de Síndrome de Rubéola Congênita é definido como ***“Todo recém-nascido cuja mãe foi caso suspeito ou confirmado de rubéola ou contato de caso confirmado de rubéola durante a gestação; ou toda criança até 12 meses de idade que apresente sinais clínicos compatíveis com infecção congênita pelo vírus da rubéola (catarata, glaucoma, surdez, cardiopatia congênita, retinopatia tegumentar, microcefalia, osteíte, purpura) independente da história materna.”***

Reiteramos que apesar das altas taxas de cobertura vacinal contra rubéola alcançada na última campanha nacional de vacinação realizada em 2008; em Santa Catarina ainda são identificados adultos sem história vacinal. A vacina tríplice viral (VTV) é a única medida capaz de evitar a rubéola, e deve ser oferecida à população em todas as oportunidades possíveis sejam elas em vacinação de rotina, campanhas, vacinação extra-muro entre outras.

Florianópolis, 26 de julho de 2013.



Fábio Gaudenzi de Faria

Diretor DIVE/SC